

A REVOLTA DOS SOLDADOS NA BAHIA EM 1728

Gefferson Ramos Rodrigues¹

Resumo

Em 1728 soldados do Terço Velho e Terço Novo se rebelaram na Bahia contra o Ouvidor Geral do Crime acusado de punir com muito rigor os delitos que cometiam. Neste artigo serão examinadas a forma como atuaram e as suas reivindicações. Normalmente, as revoltas ocorridas nesse período são apresentadas como movimentos desordenados e sem objetivos. Procura-se argumentar, neste trabalho que os soldados que se rebelaram em Salvador, apesar de duramente reprimidos, tiveram uma atuação política e apresentaram as suas demandas de maneira clara e contundente.

Palavras-chave

Soldados; Revolta; Política.

Abstract

In 1728 soldiers of the Infantry Unit Old and New rebelled against Bahia in the Crime General Magistrate accused of punishing very tightly crimes they committed. This article will examine how and acted their claims. Usually the revolts that occurred during this period are presented as disorderly movements and aimless. Search argue in this work that the soldiers who rebelled in Salvador, despite harshly repressed, had a political action and made their demands clear and forceful way.

Keywords

Soldiers; Revolt; Politic.

Quando a culpa me degrada
Não pretendo mais temer
Antes quero ir morrer
*Arcabuzado*²

Primeiras palavras

Quando os soldados se rebelaram na Bahia em 1728, de alguma maneira, eles estavam calcados em certa tradição. Em 1638 revoltaram-se em razão dos soldos atrasados e pelo mesmo motivo em 1688. No século XVIII, em meio ao motim do maneta em 1711, quando o governador tentou reprimir o tumulto, acabou desistindo depois que as tropas aderiram ao protesto. (RUY, 1953, p. 101; PITA, 1976; COSTA, 1958, p. 111-118) Os tumultos normalmente ocorreriam em momentos adversos para Portugal e eles não podem ser plenamente compreendidos sem se conhecer previamente o contexto em que estavam inseridos, a forma em que estavam organizadas as tropas na colônia e a sua composição social. Estes temas serão tratados antes de se abordar a revolta propriamente dita. O estudo das rebeliões militares ainda se reveste de especial importância por se tratar de uma das expressões mais marcantes dos chamados "homens livres" em revolta, já que os soldados eram em sua maior parte homens de baixa condição social. Neste artigo procura-se argumentar, que apesar da dura repressão que sofreram, eles tiveram uma atuação política e apresentaram as suas reivindicações de maneira objetiva.

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Mestre e Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: geffersonramos@gmail.com

² Quadras em despedida do presídio de Fernando de Noronha por dois soldados pernambucanos autores de um levante militar. s/d. ARQUIVO DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO. E Cx 18, Doc. 0976.

Uma conjuntura crítica

A revolta protagonizada pelos soldados na Bahia em 1728 se insere em uma conjuntura política extremamente delicada para Portugal. Seu envolvimento na Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1713), ao se posicionar contra as pretensões francesas ao trono espanhol, fez com que a América fosse constantemente assediada por piratas e corsários franceses. O resultado disso foi o lançamento de impostos para custear a defesa e um considerável número de revoltas. Na primeira metade do século XVIII os movimentos de protesto estiveram especialmente concentrados e para se referir a apenas algumas delas, nesse momento ocorreram: a "Guerra dos Emboabas" na região das Minas (1707-1709), "Guerra dos Mascates" em Pernambuco (1710-1711), motins do Maneta na Bahia (1711), a revolta de Vila Rica na então Capitania de São Paulo e Minas do ouro (1720) e, por fim, novamente na Bahia, o motim dos soldados em 1728. (SOUZA, 2002, p. 461)

Economicamente a situação da Bahia não era das melhores. A Guerra de Sucessão Espanhola criou uma situação de grande insegurança no comércio marítimo internacional e com isso os preços do açúcar sofreram constantes variações. Logo após o estabelecimento da paz na Europa com o Tratado de Utrecht (1713-1715), o açúcar atingiu uma boa cotação, mas foi por pouco tempo e, na década de 1720, o preço do produto estava mais uma vez em declínio, interrompido apenas por um ou outro fator conjuntural nos últimos anos da década de 1730. A

tendência de queda persistiu nos anos 1740. Para agravar esse quadro, a descoberta de ouro no interior da América fez com que aumentasse consideravelmente a demanda por mão de obra escrava nas áreas de mineração, produtos manufaturados e gêneros alimentícios, aumentando a tendência inflacionária. (SCHWARTZ, 1988, p. 166)

Organização e composição das tropas

As condições econômicas desfavoráveis traziam consequências para os soldados, já que o pagamento dos seus magros soldos ficava a cargo da Coroa, enquanto que fardas e farinhas estavam sob a responsabilidade da Câmara Municipal. (ARAÚJO, 2008, p. 304-305) Estes encargos, essenciais para a boa manutenção das tropas, eram satisfeitos com dificuldades. Fardas e as farinhas eram custeadas com as rendas auferidas dos contratos e, em Salvador, a partir do contrato dos vinhos, que os contratadores sempre atrasavam repercutindo pessimamente entre os homens de farda. (FIGUEIREDO, 1996, p. 76-77)

Na colônia, eles estavam divididos em: tropa regular (paga ou de 1ª linha), tropa de auxiliares (milícias ou de 2ª linha) e tropa de ordenanças (irregulares ou de 3ª linha). A primeira delas, que será tratada neste trabalho, constituía uma força permanente e era quase sempre formada por reinóis; a rigor, somente brancos poderiam fazer parte, mas na colônia era relativamente comum que indivíduos de outra cor a integrassem. (PRADO

JÚNIOR, 1981, p. 310)³ Diferente das demais, a tropa regular recebia soldo, fardamento, armamento, farinha, capim, cavalos e assistência no hospital. (COTTA, 2010, p. 41)

Cada corpo militar (seja de tropas regulares, auxiliares ou de ordenanças) era composto por terços que, por sua vez, compreendiam 10 companhias de 250 soldados, divididos em 10 esquadras de 25 homens. (SALGADO, 1985, p. 100-101) Criado em Portugal em 1618 (sob inspiração dos "tercios" espanhóis) durante a união entre Portugal e Espanha, período em que a organização militar portuguesa passou por significativa reordenação. Era o terço da armada real, "um corpo de marinheiros destinado a trabalhar nos barcos e a servir nas colônias." (SCHWARTZ, 2002, p. 317) No Brasil esse sistema foi introduzido na Bahia em 1626, após a expulsão dos holandeses. Cinco anos depois foi formado outro terço e, para se diferenciar do primeiro, foi chamado Terço Novo. Essas eram as duas tropas pagas que existiram na Bahia no século XVII (SCHWARTZ, 2002, p. 318) e assim permaneceu até meados do século XVIII, quando os terços foram transformados em regimentos. (MIRALES, 1900, v. 22)

As tropas eram muito mal administradas, as condições de trabalho eram péssimas, os baixos soldos eram pagos sempre em atraso e ainda havia a obrigação de se dedicar exclusivamente àquela função. (SILVA, 2000, p. 115; KOSTER, 1942, p. 390-391) Todas essas condições tornavam o serviço militar muito pouco atrativo e para compor as tropas a Coroa não via outra saída a não ser lançar mão de

violentos recrutamentos. Eram eles mamelucos, pardos, cafuzos, entre outros (KOSTER, 1942, p. 378), a maior parte saía sempre das camadas mais baixas da sociedade (SILVA, 2000, p. 115), indivíduos indesejáveis socialmente. (SILVA, 2000, p. 104) O comportamento dos soldados contribuía para que a sociedade formasse mau conceito sobre eles: "Si buscas um nombre para referir-te a um tirano, a un blasfemo, a um asesino, a um ladrón, a un saqueador, a un desflorador, a un opressor, llámale simplemente *soldado*", dizia em 1578 um escritor irlandês que também foi soldado. (PARKER, 1990, p. 30) Suas difíceis condições de vida dos soldados foram constatadas em diversas partes da América a partir de vários observadores. Na Bahia, no início do século XIX, Thomas Lindley, assim os descreveu,

Os vários destacamentos da artilharia real existentes no forte são o mais andrajoso conjunto de seres humanos honrados com o nome de soldados que vi até agora. (...) Esses soldados são principalmente meninos ou meras sombras de homens, não havendo nunca, em vinte deles, mais de cinco aptos; acham-se todos debilitados pela sujeira, pela doença e pela preguiça. São de todas as cores, desde o branco europeu ao mais escuro mulato brasileiro. Impressiona-me não a miséria, mas como podem sobreviver, sustentando-se apenas de bananas e farinha, e comendo dois ou três peixes pequenos de vez em quando, pois o soldo não lhes permite melhor passadio. (LINDLEY, 1969, p. 80-81)

Diante dessas condições era comum que os soldados praticassem pequenos delitos que ora eram tolerados, ora rigorosamente

³ A tropa de auxiliares, apesar de não ser remunerada, tinha recrutamento obrigatório, feito a partir das freguesias e com base nas categorias sociais da população. As ordenanças, eram constituídas por todo o restante da população masculina (entre os 18 e 60 anos) e que, evidentemente, não estivesse nas demais tropas. Era uma força meramente local e não podia ser deslocada para fora de seu lugar de origem. Para integra-la não havia recrutamento, apenas se fazia uma listagem dos moradores, pois toda a população, a partir dos critérios estabelecidos, poderia fazer parte. Faziam exercícios militares com certa regularidade e eram convocadas apenas quando houvesse necessidade, caso de ameaça externa, ou convulsão interna. In: PRADO JÚNIOR, 1981, p. 312.

punidos. Ainda no final do século XVIII o professor de grego Luis dos Santos Vilhena dizia que na Bahia muitos estavam convencidos de que por mais delitos que cometessem “nenhum jamais chega à última pena, seja qual for o seu delito” (VILHENA, 1969), ou então, como indicou José Joaquim da Rocha em Minas Gerais nessa mesma época, eles experimentavam “os rigorosos castigos que lhes impunham pelas faltas”. (ROCHA, 1995) Esta foi uma causa frequente das rebeliões militares e elas eram motivadas principalmente pela precariedade do abastecimento das tropas, falta de fardamentos, atraso no pagamento dos soldos, entre outros motivos. Na Europa também não era muito diferente. Em Flandres, no final do século XVI e começo do século XVII, alta no preço dos alimentos, atraso no pagamento dos soldos – e não propriamente no valor deles –

estiveram na gênese de diversas revoltas de soldados. (PARKER, 1973, p. 50) Na América, quando se rebelavam suas reivindicações costumavam ser rapidamente atendidas, no todo ou em parte, normalmente acompanhadas de um perdão geral. Este, no entanto, poucas vezes foi respeitado e os representantes do poder geralmente reprimiram os amotinados violentamente com prisões, degredos e castigos exemplares. Em um rápido levantamento, num quadro que não se pretende completo, apenas no período de 1688 a 1742 ocorreram 7 rebeliões (ver quadro a seguir). Todas elas tinham causas comuns quanto às motivações, encaminhamentos e formas de repressão. Alguns desses elementos foram reunidos nas ruas de Salvador pouco antes de se encerrar a segunda década do setecentos.

Revoltas militares no Brasil (1688-1742)

Revolta	Data	Local	Composição social	Motivações	Encaminhamento	Resultados	Fonte
Motim do Terço Velho e Terço Novo	21 a 24 de outubro de 1688	Salvador - Bahia	Soldados. Oficiais acusados de omissão	Atraso no pagamento das farinhas e 9 meses de soldos atrasados	Reivindicação de pagamentos atrasados e solicitação de perdão geral	Concessão de perdão e pagamento dos soldos. Saldo de 22 mortos; novo governador não respeita perdão, prende e degreda soldados; alguns fogem	1
Soldados da Infantaria	1706	São Luis - Maranhão	Soldados	2 anos de soldos atrasados	-	Realização de devassa, prisão dos Almojarifes, responsabilizados pelos atrasos	2
Levante dos Soldados Artilheiros	1715?	Fortaleza de Morro de São Paulo - Bahia	Soldados	Desobediência	Envio do Mestre de Campo e repressão.	Envio de lideranças para Salvador, julgados e castigados	3
Companhias de Infantaria	Outubro de 1717	San Tos	Infantaria	5 anos sem receber fardas	Invasão da casa do Provedor e sequestro de seu filho	Fornecimentos das fardas aos soldados	4
Levante das tropas de Recife e Olinda	1723	Per Nam Buco	Soldados	Soldos atrasados	Pagamento dos soldos atrasados e concessão de perdão pelo governador	Anulação do perdão e desterro dos soldados pelo novo governador	5
Motim do Terço Velho e Terço Novo	10 e 11 de maio de 1728	Salvador - Bahia	Soldados dos Terço Velho e Terço Novo com o consentimento de seus oficiais	Contra o Ouvidor acusado de punir crimes com muito rigor; não fazer guarda no Pelourinho ou	Reunião na Casa da Pólvora, marchas pelas ruas da cidade, solicitação de perdão geral e liberdade aos	Prisão dos soldados, abertura de devassa, punição com degredo e pena capital aos cabeças	6

				nas cadeias; liberdade a soldados presos, entre outras	soldados		
Revolta dos Dragões	5 de janeiro a 20 de março de 1742	Rio Grande	Soldados com apoio da população local	Várias reivindicações, as principais em relação a 20 meses de soldados atrasados, falta de fardamentos, alimentação precária, maus tratos, ofensas, promessas não cumpridas	Ocupação da praça de guerra, eleição de oficiais entre os rebeldes, ameaça de passar para o domínio espanhol e solicitação de perdão	Concessão de perdão, pagamento da terça parte dos soldos, fornecimento de fardas e farinhas, transferência de oficiais acusados de maus tratos	7

Fonte: **1**-PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Prefácio e notas de Pedro Calmon. Apresentação de Mário Guimarães Ferri. São Paulo: USP, 1976, p. 57. **2**-IHGB, Arq. 1.1.10, fl. 115-115v. **3**-IHGB, DL 865.1, fl. 77. **4**-DH, v. 1, p. 49-51. **5**-COSTA, A. F. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. 1701-1739. Recife: Arquivo Público Estadual, 1953. v. 5, p. 326. **6**-IHGB, DL 865.1, fl. 65-71v. **7**-DH, v. 94, p. 92-97; ALVES, Francisco das Neves. Uma revolta militar e social no alvorecer do Rio Grande do Sul. In: POSSAMAI, Paulo César. *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: UFPel, 2010, p. 33-51.

Obs: O quadro foi elaborado a partir de: HOBBSAWM, Eric J.; RUDÉ, George. *Capitão Swing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra no início do século XIX*. Trad. Marco Antonio Pamplona e Maria Luiza da Silva Pinto. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982, p. 310; CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: "de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado" (1693-1737)*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, p. 390.

A revolta

Nos dias 10 e 11 de maio de 1728, em Salvador, parte dos soldados do Terço Velho e Terço Novo se rebelaram contra a nomeação de André Ferreira Lobato Lobo como Ouvidor Geral do Crime. Lobato Lobo era acusado de punir rigorosamente os pequenos crimes que eles cometiam e de ter ordenado a prisão de vários soldados⁴. Cerca de 300 homens se reuniram na Casa da Pólvora onde estava armazenada a munição⁵, não sem razão, mesmo local escolhido pelos soldados do Terço Velho quando se rebelaram em 1688⁶.

Diante das circunstâncias o Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses, Conde de Sabugosa, deu ordens para que os Mestres de Campo João de Araujo e Azevedo e João dos Santos Ala (acompanhados de mais alguns oficiais) fossem

averiguar o que se passava, já que eram os soldados de seus respectivos Terços – o Terço Velho e o Terço Novo – que se rebelaram⁷. Tão logo recebeu as ordens, João dos Santos antecipou o seu Sargento Antonio Nunes Dragão para observa-los, mas este não seria tratado da mesma forma que o seu mandatário. Santos Ala partiria um pouco mais tarde com mais dois soldados e outro oficial de seu Terço, o Sargento Domingos Francisco, que estava de guarda no Palácio. Quando entraram na rua Tingui, que dava acesso ao local onde todos estavam amotinados, o Mestre de Campo ordenou a Domingos Francisco chamar o Sargento de guarda na Casa da Pólvora (membro do seu Terço, a propósito), momento em que saiu uma partida de soldados rebeldes e o fizeram se retirar. Os amotinados questionaram o Sargento Antonio

Nunes Dragão – também membro daquela comitiva – que respondeu estarem todos em nome do seu Mestre de Campo. Os soldados pediram então que todos se retirassem e se aproximasse João dos Santos. O Mestre de Campo foi até eles e, num indicativo de desorganização, “dizendo-lhe o que queriam, começaram quase todos a dar vozes altas, a que lhes disse que falasse um para que nos entendêssemos”. O oficial argumentou que o Vice-rei faria tudo o que considerasse justo e com ele concordou o Cabo de esquadra, rebelde, da Companhia do Capitão Thomas Rodrigues Banhos, chamado Antonio Pereira, por alcunha, “o barriga de areia”⁸. Neste primeiro contato, já estaria esboçada uma conduta que se verificaria ao longo dos dois dias do protesto: as condições para tentar dissuadir conflito seriam inteiramente ditadas pelos soldados.

Enquanto os oficiais tentavam acomodar a revolta o Vice-rei, que se encontrava numa quinta convalescendo de umas sangrias, encaminhou-se ainda no dia 10 de maio para o Palácio do governo. Ali se reuniu com todas as autoridades competentes em longas discussões em busca de uma saída pacífica para a crise.

As tentativas de colocar fim ao protesto se arrastaram até tarde e ainda naquela noite os amotinados disseram aos Mestres de Campo João de Araujo e João dos Santos que, pelo avançar da hora, não tratariam mais do assunto, mas somente na manhã seguinte⁹. Mais uma vez, os soldados determinaram condições para tentar acabar com a revolta.

Aquele dia, contudo, não se encerraria sem que novos acontecimentos se sucedessem. Após se retirarem para a Casa da Pólvora, às 2 horas da manhã, os soldados destacaram vários soldados para patrulharem a cidade “dando vozes que morresse o Ouvidor do Crime e todas as justiças e viesse o seu Mestre de Campo” – neste caso João de Araujo e Azevedo. Na mesma ocasião os soldados do Terço Velho surpreenderam aqueles que não se incorporaram ao protesto; neste caso, parte do Terço Novo, os do Corpo da Guarda da Praia, os das portas do Carmo e de São Bento¹⁰ tentando tira-los à força de seus quarteis e leva-los para o Campo da Pólvora. Tudo fora feito com muita violência, ferindo-se os que resistiram, registrando-se com isso as primeiras baixas dos protestos. Providencias foram tomadas reforçando-se os soldados do Corpo da Praia e aumentando-se a vigilância sobre a casa do Ouvidor-geral. Muitos foram compelidos a participar da revolta, mas alguns resistiram tenazmente demonstrando fidelidade aos seus superiores. Num episódio, um sentinela que estava de guarda no pelourinho recusou-se terminantemente a integrar os grupos sediciosos. Depois da tentativa de convencê-lo, disse que só sairia dali em pedaços e mesmo agredido a coronhadas permaneceu firme em seu posto¹¹.

No início do protesto, além de reivindicarem a saída André Ferreira como Ouvidor Geral do Crime, fizeram várias outras que, posteriormente, iriam se ampliar ainda mais:

⁴ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fls. 65-71v, citação fl. 66v. Nessa extensa carta o Vice-rei procura se justificar perante o rei sobre sua questionável conduta na repressão a revolta narrando com detalhes os acontecimentos. O documento, fundamental para a compreensão do protesto, foi publicado em: Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia do Coronel Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva. Anotador Dr. Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925, v. II, p. 161-167, nota 65 e, intercalado por alguns comentários em: COSTA, 1958, p. 119-136.

⁵ A Casa da Pólvora ficava inicialmente no Forte de São Bento, mas durante o governo de Roque da Costa Barreto (1678-1682), foi transferida para o Campo do Desterro, que posteriormente passou a ser chamado Campo da Casa da Pólvora, ou simplesmente Campo da Pólvora. Cf.: CAMPOS, 1940, p. 265.

⁶ Sobre a revolta de 1688, ver: PITA, 1976; COSTA, 1958, p. 111-118; PUNTONI, 2012, p. 271-274.

não queriam por seu auditor [o Ouvidor], e que havia de mandar soltar os que estivessem presos à sua ordem, perdoando-lhes as suas culpas, não sendo pertencentes a Fazenda Real, os furtos, e que, sem um perdão em nome de Vossa Majestade se não sujeitariam, sacrificando todos a vida no lugar em que se achavam;¹²

No dia 11 de maio às seis horas da manhã todas as autoridades se reuniram novamente. Os Mestres de Campo dos Terços amotinados foram enviados – mais uma vez – ao Campo da Pólvora para dizer que o governo perdoaria “tão atrevida culpa”. Ao retornarem, João de Araujo argumentou que eles estavam sem propósitos e além de algumas das reivindicações anteriores, fizeram outras: pediam a entrega dos processos de suas culpas¹³ para serem queimados e ainda queriam nomear os desembargadores para serem seus Auditores no Cível e no Crime¹⁴.

Vasco Fernandes respondeu “apaixonado”, ou seja, furioso, pois “semelhante atrevimento senão tinha visto no mundo”. O Vice-rei ficou estupefato e ainda possesso de raiva “disse que semelhantes interrogatórios senão aceitavam nem se propunham a um general...”. Todavia, acabou concedendo-lhes o perdão e recomendou ao Mestre de Campo fazer de todo o possível para se recolherem aos quartéis, mas não teve êxito, e os soldados “estavam tumultuosos pior que nunca”. Eles reafirmavam suas demandas e se não fossem atendidas, não “moviam dali se não feitos em pedaços”¹⁵.

Solidariedades

As negociações para contornar a situação ainda se estenderam por todo o dia 11, sem muitos avanços. Outro episódio, ocorrido na madrugada desse dia, marcaria mais uma tentativa de dissuadir o protesto, mas dessa vez houve a oportunidade dos rebeldes ouvirem e serem ouvidos. Depois de retornar para a quinta onde estava de repouso e enquanto esperava pelos Mestres de Campo e oficiais que convocou, o Vice-rei deslocou um destacamento de 20 homens com um Cabo de esquadra granadeiro para ficar na porta do Trem da Artilharia, próximo de onde estavam os amotinados. Nessa mesma ocasião, ordenou ainda a um Sargento que chamasse os soldados rebeldes, mas sem sucesso. Porém, quando foi o próprio Vice-rei que assumiu diretamente a tentativa de aproximação e apareceu na porta “acendendo-lhes com a mão”, “vieram logo e cinco ou seis passos, antes de chegarem a mim, se puseram de joelhos e abaixaram as armas;”¹⁶

perguntei-lhes a que vinham, e quem os tinha mandado, responderam me que a ordem era do Corpo inteiro, e que vinham a impedir que se não usasse da porta do Trem: mandei-os encostar as armas em pouca distância da minha; mas porque que os visse entendesse que eu tinha aquela guarda para defesa dela não tendo nunca mais que quatro soldados, e um sargento quando ali residia lhes disse que estavam na sua liberdade que se fosse para donde quisessem tomando a resolução que lhes fosse mais proveitosa; marcharam para o mesmo Campo onde encontraram já outro destacamento de quarenta homens cobertos por um cabo de esquadra cabeça do tumulto com a notícia de que estavam

⁷ Carta que Sua Excelência Vasco Fernandes Cesar de Meneses escreveu ao Mestre de Campo João de Araujo e Azevedo sobre os soldados do seu Terço amotinados. Bahia, 10 de maio de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 71v-72.

⁸ Certidão passada por João dos Santos Ala. IHGB, DL 865.1. Bahia, 25 de junho de 1728, fls. 83-84v.

⁹ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses, Conde de Sabugosa, ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 67.

¹⁰ A designação “portas de São Bento” para se referir ao forte de São Bento relacionava-se ao fato das duas portas que limitavam o corredor que ligava o núcleo central da fortificação às áreas extramuros. Sobre o forte de São Bento ver: CAMPOS, 1940, p. 262-265.

¹¹ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 67-67v.

¹² Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses, Conde de Sabugosa, ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 66v.

surpreendidos, e voltaram todos para a parte donde tinham saído;¹⁷

Vale notar no diálogo estabelecido, quando o Vice-rei interpelou os soldados sobre quem os enviou – certamente no intuito de identificar algum líder da sedição – eles responderam “que a ordem era do Corpo inteiro”, demonstrando uma coesão entre os rebeldes, ou o que foi definido como “solidariedade corporativa”. (PARKER, 1973, p. 43) Ao longo dos tumultos não foram registradas grandes divisões internas entre eles o que parece ser próprio das rebeliões militares, diferente das revoltas que contavam com uma composição social mais diversificada e apresentam alto grau de dissensão.

Os soldados apresentavam, assim, maior solidariedade. Outro exemplo disso pode ser verificado na “Revolta dos Dragões” no extremo sul da América em 1742. Quando estourou a revolta foram logo tomadas todas as iniciativas para sufocar o levante reforçando-se a guarda do Porto, deslocando oficiais e soldados para a praça das armas e reunindo paisanos armados. Todas essas medidas se revelaram inúteis, pois os responsáveis para abafar o movimento acabaram se unindo aos seus companheiros. (ALVES, 2010, p. 36) De modo semelhante, algumas décadas mais tarde, no ano de 1773, em Pernambuco, o Capitão João Rodrigues de Sousa¹⁸ armou sua Companhia para livrar da cadeia um soldado seu que ia ser castigado – ao seu ver, injustamente – por ordem do governador Manuel da Cunha Menezes. Diante daquela ofensiva, o governador ordenou que as outras Companhias os atacassem, mas elas acabaram se unindo aos amotinados

e Cunha Menezes, sem saída, acabou entregando o soldado. (GAMA, 1849, v. 4, p. 354-356; COSTA, 1959, v. 5, p. 302-302)

No caso da Bahia, certamente contribuía para a coesão entre os soldados a própria existência da Irmandade dos Soldados do Terço Velho¹⁹. Uma fradaria, que tinha características semelhantes às Irmandades, chegou a ser criada por um ex-militar do terço dos Henriques em Recife em meados do século XVIII. (RAMINELLI, 2011, p. 387-421)

Reivindicações

Ao longo do protesto, a concessão do perdão também era uma demanda importante na pauta de reivindicações dos soldados. Diante das pressões que sofria, o Vice-rei acabou concedendo. João de Araujo e João dos Santos foram então até o Campo da Pólvora para lhes entregarem, mas tiveram de voltar; os soldados não se deram por satisfeitos e o queriam mais amplo, segundo opinião do Vice-rei “envolvendo novas condições, inexplicavelmente escandalosas”. Eles aceitariam o indulto, mas desde que publicado ao som de caixas e com a assinatura de várias autoridades, especialmente a do Arcebispo. Para conseguir a rubrica de uma das maiores autoridades eclesiásticas de toda a colônia, eles destacaram 50 homens que percorreram as ruas da cidade até a sua casa obrigando-o, com violência, a assinar²⁰. Idêntico procedimento tiveram os soldados do Terço Velho em 1688 quando solicitaram um perdão geral assinado por

¹³ Certidão passada pelo Ajudante de Tenente Francisco Xavier da Costa. Bahia, 26 de junho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 80v.

¹⁴ Eles queriam o Chanceler Luis Machado de Barros como Auditor do crime e o Desembargador Francisco de Santa Barbara no nível. Sobre eles, ver: SCHWARTZ, 2011, p. 359; 374.

¹⁵ Certidão passada pelo Ajudante de Tenente Francisco Xavier da Costa. Bahia, 26 de junho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 81.

¹⁶ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Menezes ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 67v.

¹⁷ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Menezes ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 67v-68.

¹⁸ O Capitão João Rodrigues de Sousa era natural de Pernambuco e tinha por alcunha “o capitão-bicho” ou “o capitão-diabo” devido aos maus tratos que dispensava aos maus soldados, mas também era conhecido por sua docilidade aos bons homens de sua tropa.

governador arcebispo, desembargadores e prelados. (PITA, 1976)

As reivindicações dos soldados em 1728 ganharam todo o apoio do Mestre de Campo João de Araujo e Azevedo que para persuadir o Vice-rei citou como exemplo uma situação semelhante ocorrida na Europa – sem precisar de qual se tratava – em que soldados levantados fizeram três reivindicações às autoridades, mas demorando a atendê-las, vieram a lhe conceder vinte e nove²¹. Ele estava com a razão. Isso se comprovou num papel que lhe foi entregue, “Pedimos mais”, para levar às mãos do Vice-rei. O documento consolidou todas as reivindicações dos soldados e elas foram muito além das alegações feitas inicialmente. Nesse importante documento, que registra por escrito as reivindicações dos rebeldes, os soldados disseram que não queriam fazer sentinelas no Pelourinho, na porta do Ouvidor do Crime nem do Cível, nem nas cadeias – o que era obrigação dos carcereiros e seus sequazes, segundo diziam. Ficariam de guarda somente na porta do Chanceler a quem queriam por Auditor. Pediam ainda que do Cruzeiro da Palma para cima não fosse nenhum oficial de justiça fazer diligências a soldado algum, a não ser por expressa ordem do Vice-rei e qualquer uma que lhes fossem impostas, deveria ser feita por oficial determinado e não por um qualquer. Não queriam ficar presos no calabouço das portas de São Pedro, mas sim no das portas de São Bento, “como era estatuto antigo”²². Por fim, reiterando algumas reivindicações, queriam o perdão em nome de Sua

Majestade, assinado por Ministros e por todos quantos fossem necessários, devendo passar pela chancelaria onde receberia o selo, e publicado ao som de caixas. O perdão era para ser geral a todos os soldados que cometeram crimes e emitido pelo Ouvidor do Cível, o Desembargador Francisco de Santa Barbara²³. O documento com as reivindicações se encerrava de maneira categórica mostrando, mais uma vez, que eles não estavam dispostos a ceder em nenhum ponto: “e os nossos Irmãos que estão presos assim soldados como o capitão e Alferes queremos que venham logo para este posto em que estamos e sem isto feito nos não tiramos daqui de donde estamos se não feitos em pedaços.”²⁴

Embora não fosse com a mesma contundência os Dragões no sul da América também redigiram suas queixas às autoridades conforme ficou expresso no documento “Registro de representação”²⁵. Na Bahia, as exigências dos soldados foram atendidas, mas eles não se recolheram aos quarteis, como era esperado. Sob o comando de João dos Santos Ala, “na testa daquele corpo”, saíram em comemoração pelas ruas da cidade, o que mereceu a reprovação do Vice-rei:

mandei-lhe dizer que aquela ação não era gloriosa, para praticar com os seus soldados aquilo mesmo que houvesse de conceder-lhes, tendo conseguido diferentes progressos, que haviam de marchar sem caixa, nem forma, e com as armas baixas, o que assim executou.

Ainda assim, de maneira mais comedida, eles continuaram pelas

¹⁹ Em 1731 era o seu Prioste o Capitão Hyeronimo Castanheda de Vasconcelos. AHU_ACL_CU_005, Cx. 32, D. 2936. Para um exemplo de dissidência interna em revolta, ver: RODRIGUES, 2009, p. 154-156.

²⁰ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 68v.

²¹ Certidão passada por João dos Santos Ala. IHGB, DL 865.1. Bahia, 25 de junho de 1728, fl. 84.

²² A designação “portas de São Bento” para se referir ao forte de São Bento relacionava-se ao fato das duas portas que limitavam o corredor que ligava o núcleo central da fortificação às áreas extramuros. Sobre o forte de São Bento, ver: CAMPOS, 1940, p. 262-265.

²³ Os soldados rebeldes referiam-se especificamente ao caso de José de Souza Ribeiro filho de Luis de Souza, a quem não foi possível identificar nem a que causa o seu nome estava relacionado. Pedimos mais. IHGB, DL 865.1, fl. 79-79v.

²⁴ Pedimos mais. IHGB, DL 865.1, fl. 79-79v.

ruas e conforme a detalhada narrativa do Vice-rei, "assim que chegou defronte da minha porta levantou a voz dizendo – Viva El Rei –"²⁶. E "Dando alguns passos", o Mestre de Campo João dos Santos Ala,

os mandou pôr as armas às costas de retirada, acompanhando-os até a sua Capela de Nossa Senhora do Rosário que fica junto aos quartéis, onde rezaram a Salve Rainha em ação de graças da vitória que tinham alcançado; e depois os despediu, lançando-lhes uma benção...²⁷

Depois de acomodada a revolta, os soldados ficaram com receio de que o Vice-rei lhes preparasse uma punição violenta. Enquanto isso certo Manuel da Silva, granadeiro que exerceu papel de liderança no motim e foi nomeado porta voz dos amotinados, tentava lhes acalmar²⁸. Manuel da Silva guardava consigo o indulto que lhes foi concedido e dizia aos demais que pudessem confiar e ter fé no perdão. Disse ele "em uma conversação semelhante no corpo da guarda se resolver a dizer que El Rei não faltava a ninguém, e que se faltasse podiam eles, também faltar, e ainda que João Gonçalves o Castelhana o respondi o que devia se catarão os mais". Não se conhece o conteúdo do que falou João Gonçalves, "Castelhana", mas sabe-se que todos concordaram com a sua fala. Não sem razão João Gonçalves também foi um dos eleitos cabeça do motim²⁹.

Entre a punição e o perdão

Aqueles que eram os principais responsáveis para colocar fim a revolta terminaram acusados

de condescendência com os amotinados. O Vice-rei criticou duramente os Mestres de Campo em razão de terem aceitado sem nenhum tipo de objeção a proposta que os soldados fizeram e lhe remeteram por escrito. As acusações de cumplicidade eram sempre maiores em relação a João de Araujo que insistiu para que as reivindicações fossem aceitas. O seu posicionamento foi veementemente condenado, não sem alguma ironia: "não pude escusar-me de lhe estranhar que fosse procurador dos seus soldados em o caso que era mais próprio às suas obrigações, servir-lhes de verdugo", disse o Vice-rei³⁰. Depois que Sabugosa aceitou as exigências dos rebeldes, o Mestre de Campo João dos Santos lhe deu os parabéns por ter conseguido a acomodação dos soldados "sem desassossego e insultos que costumam suceder em semelhantes casos", congratulação que não foi muito bem aceita.

respondi-lhe o que me pereceu merecia a sua sinceridade, ou a sua malícia, mas que ele devia participar igualmente de todo o sentimento, e escusar-se ao menos por comprimento de ser Mestre de Campo de uns soldados rebeldes, infames, desobedientes, e mal disciplinados...³¹

Os soldados, de fato, estavam cobertos de razão em temer uma punição violenta por parte do Vice-rei após o encerramento do protesto. Como não tinha como contê-los, nem reprimi-los, Vasco Fernandes armou um plano ardiloso. Conforme narra: "me vali da indústria de fingir que tivera, por uma embarcação das ilhas, cartas dessa Corte, em que se me assegurava que na Europa estava

²⁵ Para um estudo recente sobre a revolta dos Dragões: ALVES, 2010, p. 33-51. O protesto ainda foi tema de grande mitificação por certa historiografia gaúcha do começo do século XX. Para uma visão crítica em relação a isso, ver: ALVES, 2000, p. 1-15.

²⁶ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 68v.

²⁷ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 68v. No parecer que emitiu sobre a revolta, Manuel Fernandes Vargas se confunde ao dizer que foi o Mestre de Campo João de Araujo e Azevedo que deu bênçãos aos soldados e acompanhou-os até a residência do Vice-rei. Parecer de Manuel Fernandes Vargas sobre a sublevação das tropas da Bahia. AHU_ACL_CU_005, Cx. 33, D. 3001, Documento 4.

²⁸ Manuel da Silva era granadeiro da Companhia do Mestre de Campo João dos Santos Ala mas, não se sabe por que motivo, foi transferido para a Companhia do Mestre de Campo João de Araujo e Azevedo.

preparada uma esquadra para passar a nossa América." O Vice-rei, aproveitou-se desse pretexto mandando municiar as fortalezas. Após saber quais eram alguns dos cabeças da sublevação, dividiu o Terço Velho em destacamentos deslocando-os para as fortalezas³² e alguns outros postos, enquanto outros acabaram conduzidos para pontos estratégicos da cidade. Depois de já se encontrarem nos locais planejados, surpreendeu todos ao mesmo tempo, sendo desarmados e aprisionados. Após essa operação os cabeças da sedição foram remetidos para as cadeias e os demais, após três dias, colocados em liberdade, mas mantendo-os sempre desarmados³³.

Em outros termos, o governador geral não respeitou o perdão, o que era até mesmo uma praxe³⁴. Na maior parte dos casos, os soldados não eram convencidos pela astúcia política ou dissimilação de governantes, mas sim enganados. Literalmente. O indulto era concedido somente até eles baixarem a guarda. Foi assim na Bahia em 1688 e em 1728, mas também em Pernambuco no ano de 1723 e em Santos, 1718, eles não foram castigados porque o rei só soube do protesto depois de um ano do acontecido. Raras foram as ocasiões em que a concessão do perdão era respeitada como na revolta dos Dragões no sul, ou então se ia a raiz do problema punindo os responsáveis pelo atraso nos pagamentos e não os soldados como ocorreu no Maranhão em 1706.

Na Bahia, soldados foram julgados pelo Tribunal da Relação; alguns foram condenados, outros acabaram absolvidos³⁵. Esta sorte

não teve o cabo de esquadra Antonio Pereira e o soldado Anastácio Pereira condenados à morte por terem feito conventículos sobre a sedição. No fim das contas, apenas estes dois foram sentenciados com a pena capital. Antonio Pereira foi justificado à porta do Quartel em que estava sentado praça,

onde se lhe armou uma forca, dividindo-se lhe o corpo em quartos, separando-se a cabeça, que ficou posta na mesma forca com um quarto, e os três se puseram nas Portas de São Bento, do Carmo e no Corpo da Guarda da Praia, lugares em que se tinham surpreendido as guarnições.³⁶

A execução de Anastacio Pereira também foi detalhadamente relatada:

e como... tinha sido sócio do primeiro justificado se lhe dividiu também o corpo em quartos que se puseram nas mesmas partes, e para que nas forcas não sucedesse o mesmo que tinham já prevenido mandei ficasse de guarda a elas outro destacamento, e adverti aos oficiais Generais que depois de feita inteiramente aquela execução desfilasse o primeiro corpo junto as forças, e desocupado o terreno o ganhasse os mais fazendo a mesma operação, e se retirassem para os seus quartéis; e entendi que devia mandar assistir a estas execuções todos os oficiais, e Tropas pagas para que participassem daquela demonstração já que tinham também visto o escandaloso delito que deu ocasião a ela.³⁷

Vasco Fernandes cuidou pessoalmente das execuções dos réus fazendo com que todos assistissem a elas,

mandei que se formasse o mesmo Terço Velho com os seus oficiais desarmado todo na frente da forca para melhor ver aquela execução:

213

²⁹ Carta do Mestre de Campo João de Araújo e Azevedo ao Vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses. Fortaleza de Morro de São Paulo, 18 de junho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 76v.

³⁰ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 68.

³¹ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 68v.

³² Foram conduzidos para as fortalezas de Santo Antonio da Barra, Santa Maria, São Diogo, São Pedro, Santo Antonio além do Carmo, Barbalho e nos Corpos de guardas de Palácio, Portas de São Bento, Portas do Carmo e Praia. Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 69v.

³³ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 69v.

porque a travessura de alguns revestida em piedade não estragasse o evento na vista daqueles objetos fiz com que ficasse uma Esquadra de guarda a eles rolando por todo o Terço até segunda ordem: feita essa diligencia mandei se puxasse imediatamente pelo dito Terço, e se formasse junto as forcas que se achavam na casa da pólvora com a frente e fundo que o Sítio permitisse: os Artilheiros com os seus oficiais tomaram a mesma seguindo-se a eles, e logo a guarnição das duas Fragatas de guerra, e na retaguarda destes corpos o Terço novo, e continuando a marcha dos mais réus o Ouvidor geral da Comarca e do Juiz de Fora justiça e vinte aparadeiros em duas alas para facilitarem o transito das ruas a respeito da muita gente que havia nelas, se fizeram as mais execuções ficando as cabeças nas forcas;³⁸

As execuções e penas aplicadas aos soldados renderiam a Sabugosa uma dura reprimenda do Conselho Ultramarino em Lisboa, mas sem lhe trazer maiores consequências, pois permaneceu no cargo até 1735.

Algumas considerações

As autoridades condenaram o movimento pela falta de propósitos e pela desorganização. Nos momentos iniciais do protesto os soldados mudavam constantemente de opinião, ora faziam um tipo de reivindicação, ora outra, segundo diziam. Em uma das tentativas de negociação, todos eles falavam simultaneamente o que pode indicar a falta de organização. Além dos mais, ao longo dos tumultos saíram pelas ruas da cidade realizando insultos, promovendo recrutamentos forçados, o que ocorreu com muita

violência. Esse conjunto de ações parece confirmar a impressão das autoridades. Contudo, o exame detalhado do protesto, vê-se logo que eles chegaram formalizar suas reivindicações por escrito para ser entregue ao Vice-rei. Suas demandas, de fato, acabaram indo muito além do protesto contra o Ouvidor do Crime que os castigava severamente. As reivindicações consolidadas no documento "Pedimos mais" refletiam a expectativa por melhores condições de trabalho, a submissão a autoridades mais dignas com os seus anseios. Além do mais, quando solicitaram o perdão demonstraram conhecimento da política e dos trâmites burocráticos para que ele fosse realmente efetivado, exigindo assinatura de autoridades e a sua publicação, aspecto relevante considerando suas origens sociais modestas e as dificuldades de acesso a instrução.

Como era típico das revoltas do período, os rebeldes preservavam a autoridade régia, mas voltavam-se contra os seus representantes. Neste caso, deve-se fazer uma ressalva importante, mesmo que não seja uma tendência geral. Os soldados na Bahia chegaram a confrontar a figura régia ao considerarem que poderiam faltar ao rei, caso o rei também lhes faltasse com aquilo que consideravam legítimo, o que era grave para os padrões daquela sociedade onde o rei era invariavelmente preservado. Assim, um dos traços mais marcantes da ação dos soldados é a radicalização, em parte explicada pela posse das armas. Ao se rebelarem sabiam que estariam seriamente expostos a última pena, já que por lei eram

³⁴ Para uma discussão sobre a política de concessão de perdão durante as revoltas, ver: CASTRO, 2012, p. 247-248.

³⁵ Carta do chanceler da Relação do estado do Brasil Luís Machado de Barros ao rei [D. João V] informando sobre as pessoas que foram consideradas culpadas na devassa que se tirou do levante dos soldados feito em 10 de Maio de 1728. Bahia, 24 de Agosto de 1730. AHU_ACL_CU_005, Cx. 37, D. 3394.

³⁶ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 71.

³⁷ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 71-71v.

³⁸ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 71.

proibidos de se revoltarem. Os soldados que empunharam armas contra os seus superiores nas estreitas ruas da capital da América portuguesa nos dias 10 e 11 de maio de 1728 tiveram absoluta consciência de suas atitudes. Preferiam morrer

arcabuzados, como nos versos dos soldados pernambucanos em epígrafe, ou serem feitos em pedaços na Bahia. Estavam dispostos e de fato deram a vida por aquilo que acreditavam.

Referências

Fontes manuscritas

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB) – Rio de Janeiro
DL 865.1. Correspondências e documentos diversos. 1728

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU) – Lisboa, Portugal

AHU_ACL_CU_005, Cx. 32, D. 2936.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 33, D. 3001.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 37, D. 3394.

Fontes impressas

COSTA, A. F. Pereira da. *Anais pernambucanos*. 1740-1794. Recife: Arquivo Público Estadual, 1953, v. 5.

GAMA, Fernandes. *Memórias históricas da província de Pernambuco*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1849. v. 4.

KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. Tradução e notas Luiz da Camara Cascudo. São Paulo: Nacional, 1942.

LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma viagem ao Brasil*. Trad. Thomaz Newlands Neto. São Paulo: Nacional, 1969.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América portuguesa*. Prefácio e notas de Pedro Calmon. São Paulo: Edusp, 1976.

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*. Coordenação de Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Itapuã, 1969.

Bibliografia

ALVES, Francisco das Neves. Brasilidade X platinidade: a construção historiográfica acerca das revolução sul-rio-grandenses. *Anais das Primeiras Jornadas Internacionais de História Regional Comparada*. Porto Alegre: FEE-RS/PUCRS, 2000, p. 1-15.

_____. Uma revolta militar e social no alvorecer do Rio Grande do Sul. In: POSSAMAI, Paulo César (Org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: UFPel, 2010, p. 33-51.

ARAÚJO, Emanuel. *Teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade colonial*. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2008.

CAMPOS, J. da Silva. *Fortificações da Baía*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940.

CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: "de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado" (1693-1737)*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

CASTRO, João Henrique Ferreira. *A repressão à Revolta de Vila Rica de 1720: perdão e punição sob a ótica da justiça no Império Ultramarino Português*. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

COSTA, Luiz Monteiro da. *Na Bahia colonial*. Salvador: Progresso, 1958.

COTTA, Francis Albert. *Negros e mestiços nas milícias da América portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa*. (Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761). São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo.

HOBBSAWM, Eric J.; RUDÉ, George. *Capitão Swing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra no início do século XIX*. Trad. Marco Antonio Pamplona e Maria Luiza da Silva Pinto. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

MIRALES, José de. História militar do Brasil. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1900, v. 22.

PARKER, Geoffrey. Mutiny and discontent in the Spanish Army of Flanders 1572-1607. *Past & Present*, n. 58, 1973.

_____; PARKER, Angela. *Los soldados europeos entre 1550 y 1650*. Madrid: Akal, 1990.

PRADO JÚNNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PUNTONI, Pedro. O "Mal do Estado Brásílico": A Bahia na crise final do século XVII. In: CARRARA, Angelo Alves; SANTIRÓ, Ernst Sánchez (Coord.). *Guerra y fiscalidad en la Iberoamérica colonial (siglos XVII-XIX)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF; México, DF: Instituto Mora, 2012, p. 271-274.

RAMINELLI, Ronald. Fradaria dos Henriques: conflitos e mobilidade social de pretos no Recife. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes et alii. (Org). *Raízes do privilégio: hierarquias sociais no mundo ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Record, 2011, p. 387-421.

RODRIGUES, Gefferson Ramos. *No sertão, a revolta: grupos sociais e formas de contestação na América portuguesa, Minas Gerais – 1736*. Niterói, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense.

RUY, Affonso. *História da Câmara Municipal da Cidade de Salvador*. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1953.

SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751*. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. Uma nota acerca da organização militar portuguesa e brasileira. In: SCHWARTZ, Stuart B.; PÉCORA, Alcir (Org.). *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes de Sierra (Bahia, 1676)*. Trad. Alcir Pécora e Cristina Antunes. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Kalina Wanderlei. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e. Motines, revueltas y revoluciones en la América portuguesa de los siglos XVII- XVIII. In: TANDETER, Enrique (Org.) *História general de América Latina*. Madrid: Ediciones UNESCO; Editorial Trott, 2002. v. 5.